



### DIEESE - Subseção APCEF/SP

Informe Semanal - n. - 70, 03/05/2016

#### Temer e a terceirização

O segmento patronal defende a terceirização, inclusive para atividades-fim. A reivindicação foi entregue ao ansioso Michel Temer. É forma de redução de custo de mão de obra, não mais que isso. Se aprovado o princípio, um banco poderia, por exemplo, terceirizar seu atendimento a clientes. A instituição contrataria uma empresa fornecedora de caixas e gerentes que, sem os mesmos direitos, substituiriam bancários. A Caixa Econômica Federal conviveu com grande número de terceirizados, boa parte dos quais escondendo crachás nas agências enquanto atendiam o público. Esse processo vem se alterando nos últimos anos. A se deve a Temer, agora, a volta ao passado.

Tabela 1 – Empregados e mão de obra terceirizada na Caixa.

Ano	Caixa			Registro BACEN	Diferença (terceirizados)
	Empregados	Estagiários e menores	TOTAL		
1995	63.354	-	63.354	99.866	36.512
1998	55.437	-	55.437	94.859	39.422
2002	55.778	20.199	75.977	106.548	30.571
2006	72.252	15.260	87.512	104.934	17.422
2010	83.185	15.549	98.734	107.731	8.997
2013	98.198	17.156	115.354	126.098	10.744

Fonte: Banco Central do Brasil e Caixa Econômica Federal

Elaboração: DIEESE Subseção APCEF São Paulo

>Saiba mais

#### Valorizar a negociação coletiva

“Valorizar” a negociação é uma das reivindicações apresentadas pela Confederação Nacional da Indústria a Michel Temer. A pretensão não é apenas dos industriais, mas de segmento patronal amplo. A tal “valorização” se traduz por fazer prevalecer o acordo ou convenção, desde que reduza direitos, destino da grande maioria dos trabalhadores sem condições para o enfrentamento. A Consolidação das Leis do Trabalho deixaria de representar o mínimo, dadas as exceções que seriam reconhecidas na negociação “valorizada”. Bancários da Caixa, apartados da categoria, pois assim impunha a empresa – portanto, isolados em acordo específico - conviveram com negociação sob esse mesmo espírito nos dois governos neoliberais de FHC (1995-2002). Em termos de reajuste, o que representou? Nove anos consecutivos sem ao menos o INPC.

Tabela 2 – INPC e reajuste – bancários da Caixa – 1995-2015

data-base	INPC-IBGE	Reajuste	Aumento Real ou perda (-)
1995	25,80%	20,94%	-3,86%
1996	14,28%	0,00%	-12,50%
1997	4,30%	0,00%	-4,12%
1998	3,59%	1,00%	-2,50%
1999	5,25%	0,00%	-4,99%
2000	6,96%	0,00%	-6,51%
2001	7,31%	0,00%	-6,81%
2002	9,16%	5,00%	-3,81%
2003	17,52%	12,60%	-4,19%
2004	6,64%	8,50%	1,74%
2005	5,01%	6,00%	0,94%
2006	2,85%	3,50%	0,63%
2007	4,82%	6,00%	1,13%
2008	7,15%	10,00%	2,66%
2009	4,44%	6,00%	1,50%
2010	4,29%	7,50%	3,08%
2011	7,39%	9,00%	1,50%
2012	5,39%	7,50%	2,00%
2013	7,39%	8,00%	0,57%
2014	5,39%	9,00%	3,43%
2015	9,88%	10%	0,11%

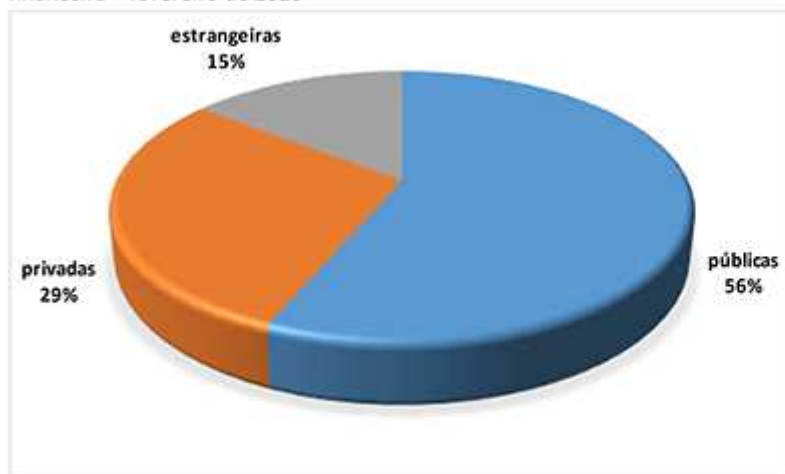
**Fonte: DIEESE Rede Bancários e FENAE**

>Saiba mais

### **Papel dos bancos públicos**

Em 15 de abril, O Valor Econômico, espécie de porta-voz do mercado financeiro, atribuía o divórcio entre o segmento industrial e o governo Dilma ao, entre outros fatores, protagonismo dos bancos públicos na redução das taxas de juros em 2011-2012. Foi, na visão patronal, interferência indevida no funcionamento do mercado (mas os bancos públicos não estão no mercado?!). Em verdade, a presença dos bancos públicos cresce desde a crise de 2008, substituindo o setor privado que, à época, escondia o dinheiro. O governo Temer será chamado a reduzir essa presença. Em fevereiro de 2016, mais da metade dos saldos em operações de crédito se concentrava nos bancos públicos.

Gráfico 1 – Proporção do saldo das operações de crédito, segundo controle do capital da instituição financeira – fevereiro de 2016



Fonte: Banco Central do Brasil

Elaboração: DIEESE Subseção APCEF São Paulo

>Saiba mais